

Aula 00

*Passo Estratégico de Contabilidade
Pública p/ Prefeitura de Ribeirão
Preto-SP (Contador) - 2020*

Autor:
**Alexandre Violato Peyerl, Vinicius
Nascimento**

09 de Abril de 2020

Sumário

Análise Estatística	5
O que é mais cobrado dentro do assunto?	6
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	7
Aposta Estratégica	15
Questões Estratégicas	16
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	25
Perguntas	26
Perguntas com respostas	27
Lista de Questões Estratégicas	28
Gabarito	34
Referências Bibliográficas	34



CONTABILIDADE PÚBLICA – NOÇÕES GERAIS: CONCEITO, OBJETO, CAMPO DE APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Vamos começar com nossa apresentação.

Sou Alexandre Violato Peyerl, Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!

Sou o Prof. Vinicius Nascimento, natural de Brasília, mas residindo em Manaus, coração da nossa Amazônia! Sou formado em Gestão Pública, pós-graduando em Contabilidade Pública e também em Planejamento e Orçamento Governamental, atualmente finalizando minha graduação em Ciências Contábeis.

Minha experiência como concurseiro iniciou em 2005, quando fui aprovado para um emprego público na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

EM 2006, quando estava estudando para Técnico Administrativo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – vi uma propaganda do concurso da Escola de Sargentos das Armas. Não pensei duas vezes e fiz minha inscrição. Fui aprovado e fui iniciar o Curso de Formação de Sargentos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, sendo que, ao final do curso, fui classificado na cidade de Jaguarão – Rio Grande do Sul – na fronteira com o Uruguai.

No final de 2011, fui transferido para Boa Vista, no estado de Roraima. Logo no início de 2012 fiz a prova para Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRT 11ª Região, o qual fui aprovado em 54º lugar.

No mesmo ano, fiz o concurso para Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Roraima, ficando classificado. Em 2013, fui aprovado em 37º lugar para Técnico Administrativo do Ministério Público da União.

No final de 2013 saíram 2 editais: Agente Administrativo da Polícia Federal e Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima. Com esforço e dedicação, fui aprovado nos dois: (5º lugar para Agente



Administrativo e 37º para a UFRR). Em junho de 2014 fui nomeado para a UFRR e dois meses depois para a Polícia Federal.

Em 2015 saiu o edital para Gestor Público do Instituto Federal de Roraima. Resolvi fazer a prova e fui aprovado em 1º lugar, porém optei por não assumir, pois, a lotação iria prejudicar meus projetos, afinal já estava ministrando aulas presenciais e on-line. Nesse mesmo ano entrei para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, em primeiro lugar.

Em 2016 saiu o edital para Contador da Universidade Federal de Roraima, fiz a prova e fui aprovado em primeiro lugar, mas não assumi pois, estava no 4º semestre da faculdade.

Em 2017 fiz a prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e fiquei classificado em 42º lugar.

E, em 2019, veio minha grande conquista: **aprovação em 9º lugar para Consultor Legislativo, área de Finanças Públicas da CLDF com a maior nota na prova de conhecimentos específicos (47 acertos de um total de 50).**

Estou contando as vitórias, mas também foram muitas reprovações, entre elas Senado, TCU e TCE/PE. Isso é simplesmente para dizer que sei exatamente o que vocês estão passando nessa etapa. **Vitórias e derrotas fazem parte!! O que importa é como você reage diante das derrotas: desistir ou aprender com os erros?** Garanto que a segunda hipótese é a mais correta, afinal, só não passa quem desiste!!

Como professor, iniciei em aulas presenciais nas cidades de Boa Vista e Manaus, tendo ministrado aulas em Recife, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Entrei para o quadro de professores do Tec Concursos, renomado site de questões comentadas, além disso trabalhei em diversos sites de cursos on line nas disciplinas de Administração Financeira e Orçamentária, Administração Geral e Pública e Contabilidade Geral e Pública.

É essa experiência que quero compartilhar com você, afinal, seremos parceiros nessa caminhada!!!

Estamos aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base na banca Vunesp, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Tópico	% de cobrança
Estágios da Despesa, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos	20,43%
Receita Pública	14,89%
Despesa Pública	11,28%
Balanco Orçamentário e Balanco Financeiro	8,09%
MCASP: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. sistemas de contas: orçamentário, patrimonial e controle	7,87%
Princípios orçamentários	7,66%
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	6,81%
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	5,96%
Balanco Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais	5,96%
Estágios da Receita e Dívida Ativa. MCASP: Procedimentos Contábeis Orçamentários (I). Receita.	5,32%
NBC T 16.7 (Consolidação) NBC T 16.11 (Sistemas de Custos)	2,13%
DFC/DMPL/Notas Explicativas	1,91%
NBC TSP Estrutura Conceitual	1,70%

Assim, o assunto “Contabilidade Pública: Noções gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência” possui um grau de incidência de 5,96% nas questões colhidas.



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	% de cobrança
Conceito, objeto e campo de aplicação	70%
Princípios	20%
Objetivo e usuários	10%

Em nossa análise utilizamos questões a partir de 2014, todavia, em 2016 foi revogada a Resolução que tratava dos princípios e não encontramos questões da Vunesp sobre o tópico posteriores a esta data. Portanto, trataremos nesta aula apenas dos princípios com maior aplicabilidade.

Portanto, o que você mais precisa saber do conteúdo desta aula é o conceito, o objeto e o campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.



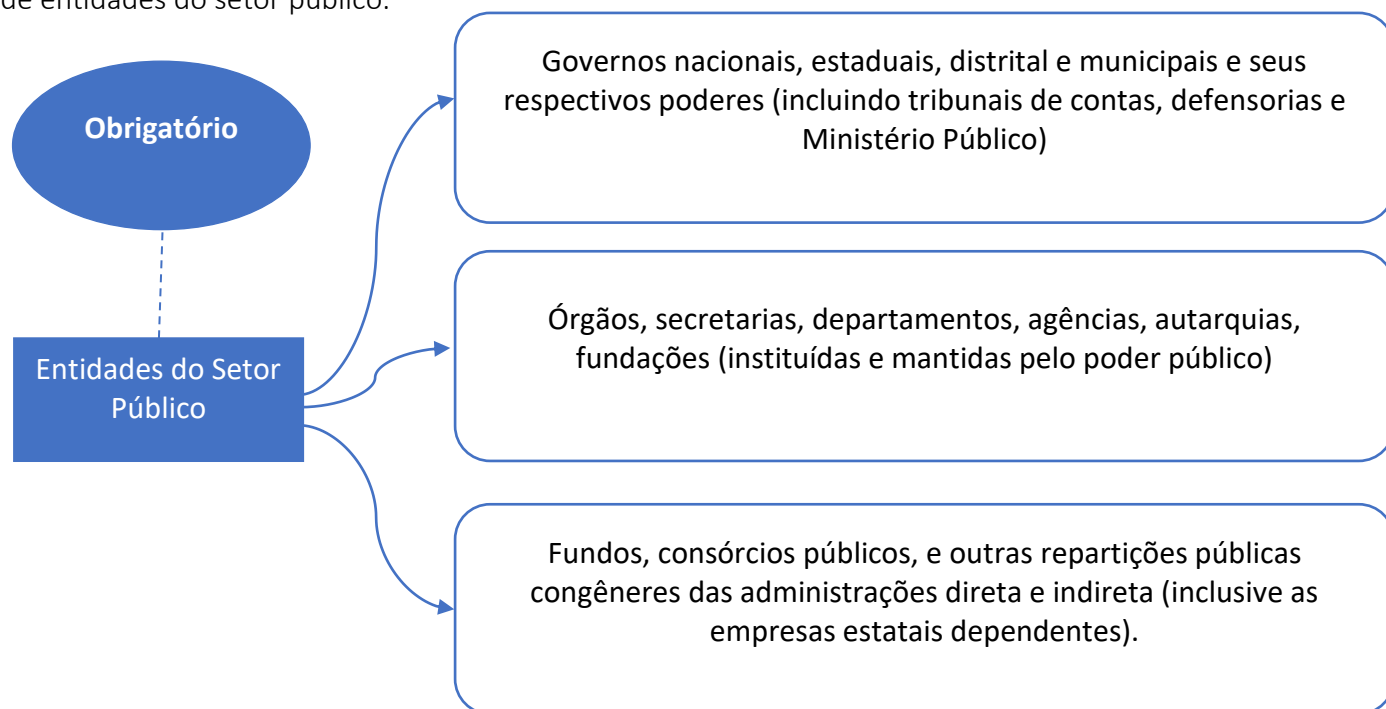
ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir:

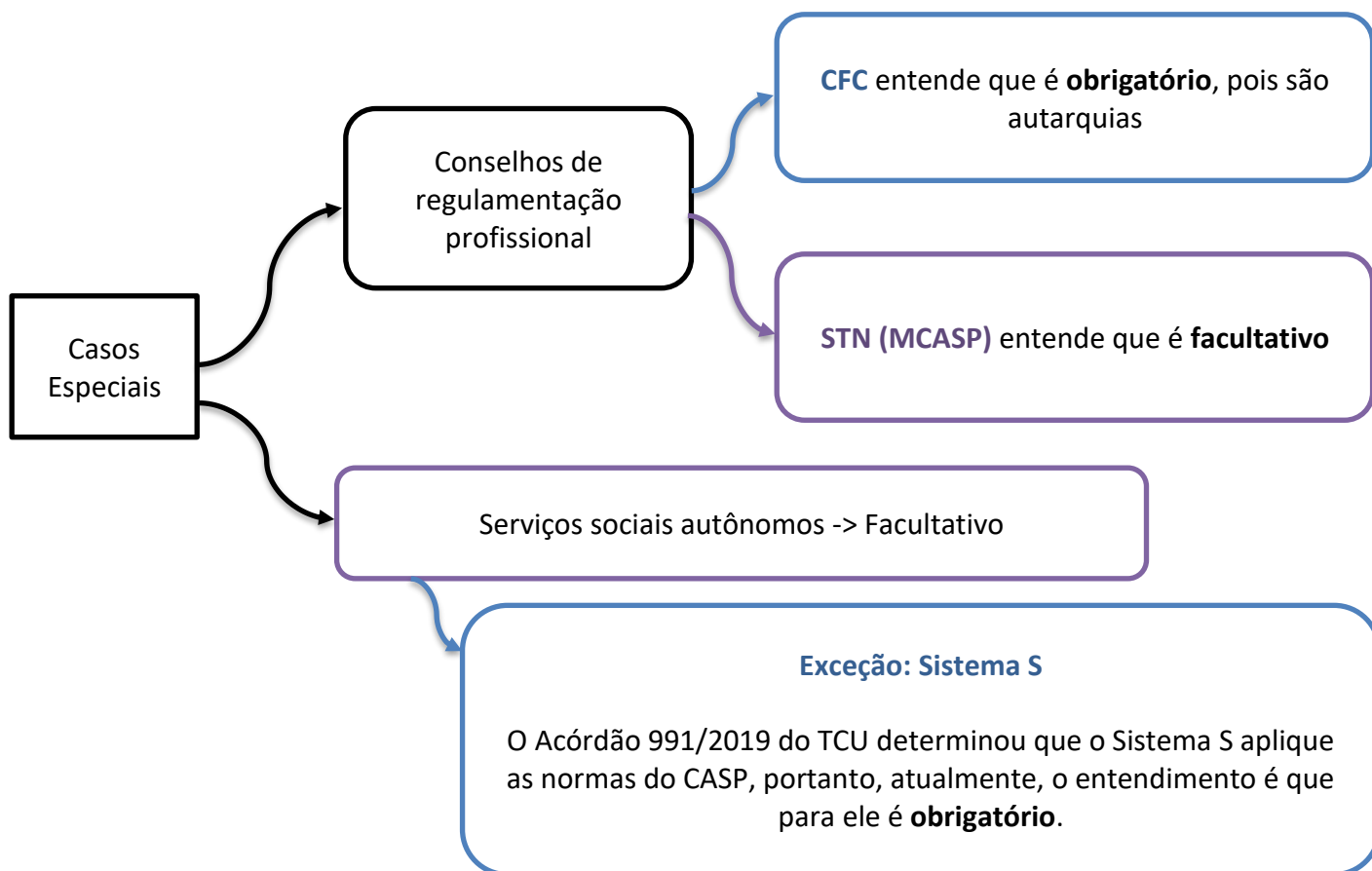
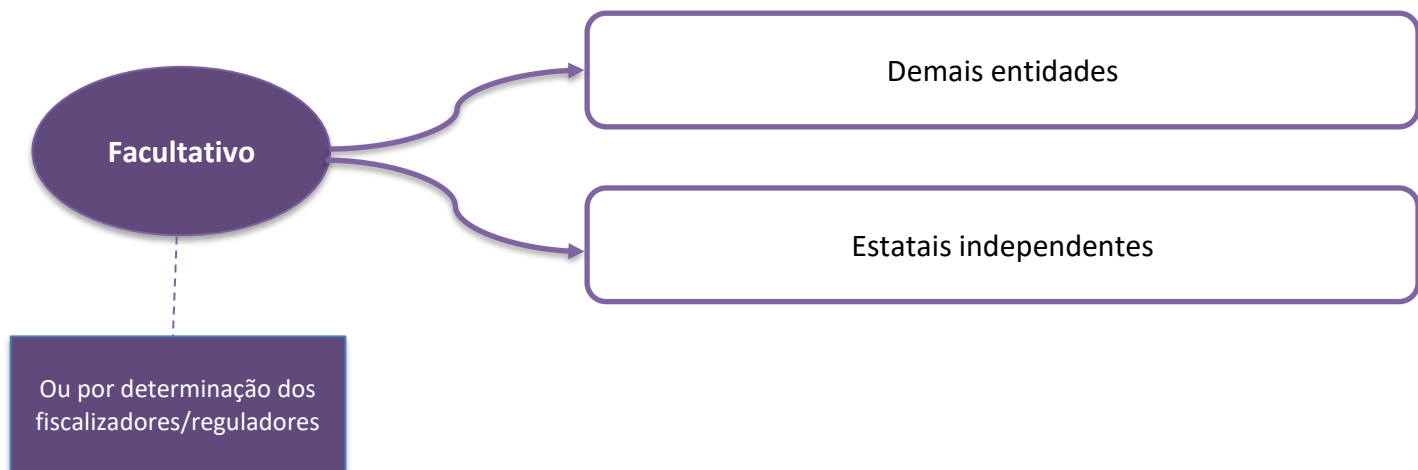
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, a conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

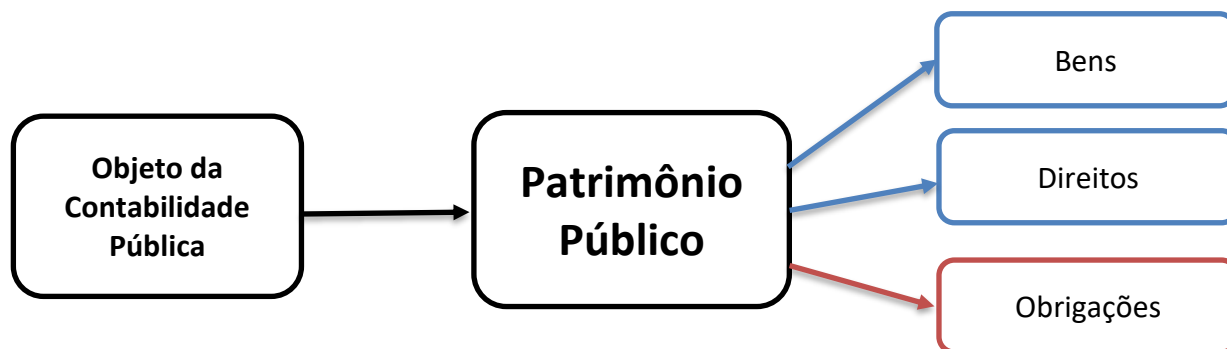
Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.







Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. [São controlados pela CASP.](#)
- **Bens dominicais** – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. [São controlados pela CASP.](#)
- **Bens de uso comum do povo** – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. [São controlados pela CASP somente quando absorvem \(ou absorveram\) recursos públicos ou foram recebidos em doação.](#)

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.



- As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
- **Representação fidedigna** – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.
- **Comparabilidade** – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
-
- **Verificabilidade** – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- **Custo-benefício** – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.



Objetivo da CASP

- Fornecer informações sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária – relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira – relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica – relacionados aos resultados.
 - Física – relacionados à existência física dos elementos.
- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos ele na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;



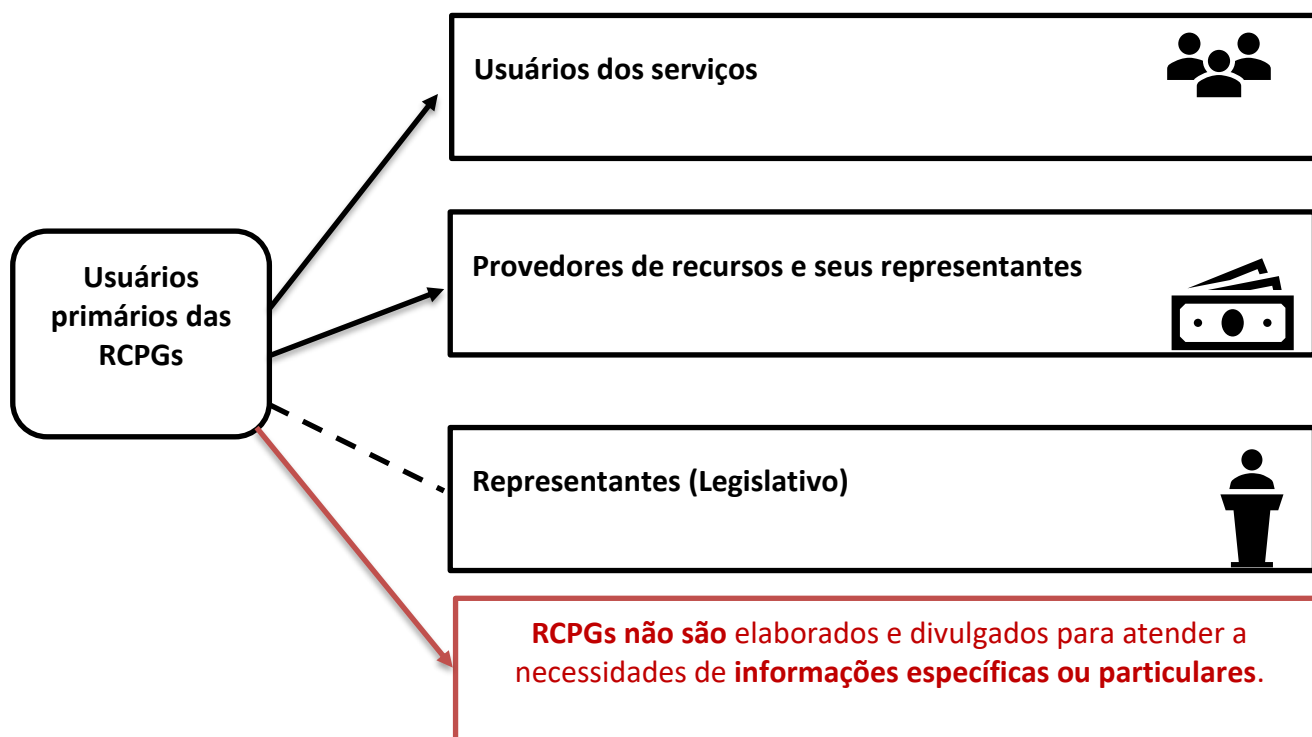
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;*
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e*
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.*

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral.
- Não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:
 - Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;



- Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.



Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** – recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso – item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.
- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.



- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

A Lei nº 4.320/64 traz alguns conceitos importantes para o estudo da contabilidade pública, os quais serão abordados oportunamente ao longo do curso. Para fins introdutórios ao curso, é interessante que você já compreenda os pontos abaixo.

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*

*"Art. 35. **Pertencem ao exercício financeiro**:*

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

Se você já estudou Contabilidade Geral, sabe que temos dois regimes:

Regime de competência -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.

Regime de caixa -> os registros contábeis são realizados em função do efetivo recebimentos ou pagamentos dos valores.

O artigo 35 traz um regime misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estão previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais. Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Feita esta introdução, vamos aos princípios mais importantes.



Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais².

tendo em vista o histórico recente da banca. Portanto, lembre e tome cuidado para não confundir:

Características qualitativas:

- **Relevância** – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- **Representação fidedigna** – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- **Compreensibilidade** – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
- **Tempestividade** – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

² Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



- **Comparabilidade** – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- **Verificabilidade** – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar. Implica que dois observadores esclarecidos e independentes possam chegar ao consenso geral, não necessariamente a uma concordância completa.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- **Custo-benefício** – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto. A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Para o assunto “Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência”, apresentamos as seguintes questões estratégicas:



Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

Comentários

As características qualitativas da informação contábil são:

Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Representação fidedigna – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Comparabilidade – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Verificabilidade – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Portanto, temos como gabarito a letra A. Identificando os erros das demais:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e ~~verdade~~.
- c) relevância, compreensibilidade e ~~custo como base de valor~~.
- d) representação fidedigna, ~~prudência~~ e ~~custo como base de valor~~.
- e) relevância, representação fidedigna e ~~custo como base de valor~~.

Gabarito: Letra “A”



2. (Vunesp/2019/Pref. Itapevi/Analista)

Com as recentes transformações da Administração Pública e da própria sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, o conceito de uma Contabilidade Pública que registra de forma passiva as informações contábeis tem dado espaço para outras formas de compreensão para essa atividade. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica corretamente a situação à qual os gestores públicos estão cada vez mais sujeitos no contexto da Contabilidade Pública, especialmente quanto aos pagamentos que efetuam.

- a) Aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação dos recursos arrecadados e correção dos serviços públicos.
- b) Exposição aos processos administrativos e penais em função da gestão dos recursos e do aumento do patrimônio público.
- c) Realização de auditorias e controles internos e externos, ou seja, de uma gestão fiscal cada vez mais ética, íntegra e com um impacto social superior.
- d) Processo de prestação de contas e de responsabilização (accountability) da arrecadação e do gasto público.
- e) Avaliação de desempenho de suas funções e também análise da variação de recursos financeiros e patrimônio pessoal.

Comentários

Dentre as alternativas, a que mais se adequa ao contexto atual da contabilidade pública é a prestação de contas (*accountability*). Portanto, a alternativa correta é a letra D.

As demais alternativas estão incorretas por estarem mais ligadas a aspectos da administração pública como um todo, e não da relação com a contabilidade aplicada ao setor público.

Gabarito: Letra “D”

3. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.
- b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.



c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.

d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

Comentários

Letra A - Alternativa correta, conforme disposição expressa da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.8 Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações. Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados (principalmente pela tributação e outras transações sem contraprestação) e da dependência dos usuários dos serviços no longo prazo, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer também o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.

Letra B - Errada. A prestação de contas passa a ser ainda mais importante por conta da falta de prerrogativa de escolha dos serviços prestados e de os recursos serem provenientes principalmente de transações sem contraprestação.

Letra C - Errada. As informações produzidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral contribuem tanto para a prestação de contas como para a responsabilização.

Letra D - Errada. Trata-se de um tipo de informação que deve ser suportada pelos RCPG, conforme texto da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.11 Para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:

(d) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.



Letra E - Errada. A NBC TSP Estrutura Conceitual afirma o contrário, ou seja, que essas informações são úteis para a tomada de decisões.

2.10 A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, **as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado**, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, são necessárias para o atendimento da prestação de contas e responsabilização (accountability). **Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos RCPGs, inclusive as decisões que os doadores e outros patrocinadores tomam sobre o provimento de recursos à entidade.**

Gabarito: Letra “A”

4. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

Comentários

A questão trata da característica qualitativa da verificabilidade e, portanto, temos a alternativa C como gabarito. Vamos aproveitar para ver a previsão textual da NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.26 A **verificabilidade** é a qualidade da informação que ajuda a **assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar**. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a **característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa**, em que:

(a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou



(b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Relembrando os conceitos das características apresentadas nas demais alternativas:

Letra A - Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Letra B - Materialidade - não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. A informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Letra D - Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra E - Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: Letra “C”

5. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações,

- a) os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- b) os Princípios da Administração e Gestão Pública e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- c) os princípios gerais de contabilidade e de administração e gestão pública sobre o patrimônio líquido de entidades públicas.
- d) os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- e) sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Comentários

Conforme vimos no nosso roteiro de revisão, contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações os princípios de contabilidade e as normas contábeis



direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público. Portanto a alternativa A é a resposta da questão. Destacamos que este conceito está na NBC T 16.1, a qual está revogada, todavia, como o conceito ainda é aceito na doutrina, mantemos ele como válido.

Gabarito: Letra “A”

6. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

O acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público, editadas pelo IFAC e pelo Conselho Federal de Contabilidade, de modo a garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no âmbito do setor público, será promovido

- a) pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- b) pela Secretaria da Receita Federal.
- c) pelo Tribunal de Contas de cada ente da Federação.
- d) pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o IBRACON.
- e) pelos órgãos reguladores da profissão contábil em conjunto com as secretarias das fazendas.

Comentários

A literalidade da resposta desta questão está na Portaria nº 634/2013 do Ministério da Fazenda:

Art. 2º A Secretaria do Tesouro Nacional – STN promoverá a gestão da implantação, no âmbito da Federação, dos procedimentos contábeis das entidades do setor público, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio de normativos e orientações técnicas, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos pela legislação vigente.

Todavia, não era necessário o conhecimento dela para acertar a questão. O importante é que você saiba que a STN é o órgão central de contabilidade da União e, portanto, responsável pelo acompanhamento e divulgação das normas contábeis, sendo inclusive o órgão responsável pela elaboração e divulgação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Gabarito: Letra “A”

7. (Vunesp/2016/CM Pirassununga/Analista Financeiro)

Assinale a afirmação correta em relação às normas, aos objetivos e às práticas da contabilidade pública.

- a) A contabilidade pública é aplicada às entidades sob normas de direito público com a finalidade exclusiva de mensurar as variações patrimoniais.



- b) Cabe à contabilidade pública fornecer os meios objetivos para que os desvios no uso de recursos públicos sejam coibidos e punidos, quando de sua ocorrência.
- c) A edição da Lei Federal nº 4.320, de 1964, visou a padronização do registro dos bens públicos.
- d) Deve a contabilidade pública, dentre outros objetivos, oferecer instrumentos que possibilitem a permanente mensuração patrimonial.
- e) Os registros contábeis, em conformidade com o determinado na Lei Federal nº 4.320, de 1964, se submetem aos princípios contábeis geralmente aceitos, em particular os princípios que os distinguem da atividade empresarial.

Comentários

Letra A - Errada. As finalidades são muito mais amplas, envolvendo também a prestação de contas e os processos decisórios.

Letra B - Errada. A contabilidade pública não está associada a meios para coibir abusos ou estabelecer punições.

Letra C - Errada. A Lei nº 4.320/64 não padronizou o registro dos bens, mas instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes públicos.

Letra D - Certa. O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, e um dentre os seus objetivos está a mensuração permanente deste patrimônio.

Letra E - Errada. Realmente os registros contábeis da contabilidade aplicada ao setor público submetem-se aos princípios contábeis geralmente aceitos. Todavia, não há essa ênfase na distinção entre os princípios da atividade empresarial e os princípios da contabilidade pública, apenas uma adequação para as necessidades e particularidades de cada caso.

Gabarito: Letra “D”

Princípios

8. (Vunesp/2015/Pref São Paulo/Auditor de Controle Interno)

O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- b) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública



- c) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos
- d) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- e) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público

Comentários

A questão trata do princípio da oportunidade. Lembrando o seu conceito:

Oportunidade – base para a integridade e a fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidência da informação contábil. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

Observe que a questão é anterior à revogação da Resolução CFC nº 1.111/2007.

Gabarito: Letra “A”

9. (Vunesp/2015/TJ SP/Contador Judiciário)

O Princípio de Contabilidade sob a perspectiva do setor público que se refere, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, independentemente das causas que as originaram, é o da

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.

Comentários

Mais uma questão que trata do princípio da oportunidade, o qual enfatiza que as informações devem ser íntegras e tempestivas. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Como a norma que estabelece os princípios está revogada, acredito que, dentre os demais princípios apresentados, o único que possui maior relevância para a sua prova é o da competência, pois você verá quando estudarmos o Balanço Patrimonial e os lançamentos patrimoniais que o reconhecimento deve ser feito no momento da ocorrência do fato gerador e não no momento da entrada ou saída de caixa.

Gabarito: Letra “C”



Objetivo e usuários

10. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois todos os usuários citados no enunciado possuem algum tipo de interesse nas informações contábeis. O governo e os gestores como responsáveis pela aplicação dos recursos, os acionistas como detentores do capital e a comunidade como usuária dos serviços e contribuinte.

Erros das demais:

Letra A - a comunidade está entre os principais interessados, pois é tanto usuária dos serviços como a principal contribuinte de suas receitas por meio de impostos ou contraprestação pelos serviços.

Letras B e D - erram ao delimitar os interessados.

Letra E - é plenamente possível que as entidades de classe da comunidade participem de decisões relacionadas a empresas estatais prestadoras de serviços públicos, por exemplo.

Gabarito: Letra "C"

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)



Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
2. **Os serviços sociais autônomos e o Sistema S têm aplicação obrigatória ou facultativa das normas da CASP?**
3. **Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
4. **Quais as três classificações de bens públicos e quais e em que caso são controlados pela contabilidade pública?**
5. **A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
6. **A contabilidade aplicada ao setor público busca apoiar o que?**
7. **Os RCPGs fornecem informações aos usuários para subsidiar o que?**
8. **Qual o objetivo do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público?**
9. **O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**



10. O que abrange o RCPG?

11. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Os serviços sociais autônomos e o Sistema S têm aplicação obrigatória ou facultativa das normas da CASP?

Os serviços sociais autônomos como um todo aplicam facultativamente as normas da CASP, todavia, as entidades do Sistema S aplicam obrigatoriamente, por conta de decisão recente do TCU (Acórdão 991/2019).

3. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

4. Quais as três classificações de bens públicos e quais e em que caso são controlados pela contabilidade pública?

Os bens públicos são classificados como de uso especial, dominicais e de uso comum do povo. Os de uso especial e os dominicais são sempre controlados pela contabilidade pública. Os de uso comum do povo são controlados apenas quando absorverem recursos públicos ou forem recebidos em doação.

5. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

6. A contabilidade aplicada ao setor público busca apoiar o que?

A tomada de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.



7. Os RCPGs fornecem informações aos usuários para subsidiar o que?

Os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*).

8. Qual o objetivo do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público?

Atender às necessidades dos usuários em geral.

9. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

10. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

11. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.



2. (Vunesp/2019/Pref. Itapevi/Analista)

Com as recentes transformações da Administração Pública e da própria sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, o conceito de uma Contabilidade Pública que registra de forma passiva as informações contábeis tem dado espaço para outras formas de compreensão para essa atividade. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica corretamente a situação à qual os gestores públicos estão cada vez mais sujeitos no contexto da Contabilidade Pública, especialmente quanto aos pagamentos que efetuam.

- a) Aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação dos recursos arrecadados e correção dos serviços públicos.
- b) Exposição aos processos administrativos e penais em função da gestão dos recursos e do aumento do patrimônio público.
- c) Realização de auditorias e controles internos e externos, ou seja, de uma gestão fiscal cada vez mais ética, íntegra e com um impacto social superior.
- d) Processo de prestação de contas e de responsabilização (accountability) da arrecadação e do gasto público.
- e) Avaliação de desempenho de suas funções e também análise da variação de recursos financeiros e patrimônio pessoal.

3. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.
- b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.
- c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.
- d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.



e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

4. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

5. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações,

- a) os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- b) os Princípios da Administração e Gestão Pública e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- c) os princípios gerais de contabilidade e de administração e gestão pública sobre o patrimônio líquido de entidades públicas.
- d) os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.



e) sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

6. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

O acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público, editadas pelo IFAC e pelo Conselho Federal de Contabilidade, de modo a garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no âmbito do setor público, será promovido

- a) pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- b) pela Secretaria da Receita Federal.
- c) pelo Tribunal de Contas de cada ente da Federação.
- d) pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o IBRACON.
- e) pelos órgãos reguladores da profissão contábil em conjunto com as secretarias das fazendas.

7. (Vunesp/2016/CM Pirassununga/Analista Financeiro)

Assinale a afirmação correta em relação às normas, aos objetivos e às práticas da contabilidade pública.

- a) A contabilidade pública é aplicada às entidades sob normas de direito público com a finalidade exclusiva de mensurar as variações patrimoniais.
- b) Cabe à contabilidade pública fornecer os meios objetivos para que os desvios no uso de recursos públicos sejam coibidos e punidos, quando de sua ocorrência.
- c) A edição da Lei Federal nº 4.320, de 1964, visou a padronização do registro dos bens públicos.
- d) Deve a contabilidade pública, dentre outros objetivos, oferecer instrumentos que possibilitem a permanente mensuração patrimonial.
- e) Os registros contábeis, em conformidade com o determinado na Lei Federal nº 4.320, de 1964, se submetem aos princípios contábeis geralmente aceitos, em particular os princípios que os distinguem da atividade empresarial.



Princípios

8. (Vunesp/2015/Pref São Paulo/Auditor de Controle Interno)

O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- b) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública
- c) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos
- d) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- e) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público

9. (Vunesp/2015/TJ SP/Contador Judiciário)

O Princípio de Contabilidade sob a perspectiva do setor público que se refere, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, independentemente das causas que as originaram, é o da

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.



Objetivo e usuários

10. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.



GABARITO



1. A
2. D
3. A
4. C

5. A
6. A
7. D
8. A

9. C
10. C

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.